

Diário da Assembleia

Nº 2.429

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
HAROLDO BIANCHI	ARENA
OLÍVIO BELICH	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
ABRAHÃO MIGUEL	ARENA
AGNALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALENCAR FURTADO	MDB
AMADEU PUPPI	ARENA
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARNALDO BUSATO	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
EURICO ROSAS	MDB
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FUAD NACHI	ARENA
IGO LOSSI	ARENA
IVO TOMAZONI	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LUIZ CRUZ	ARENA
LUIZ MALUCELLI	MDB
NELSON BUFFARA	ARENA
OLAVO FERREIRA	ARENA
OLIVIR GABARDO	ARENA
OLÍVIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	MDB
ROBERTO GALVANI	ARENA
ROBERTO WYPYCH	ARENA
SEME SCAFF	ARENA
SILVIO BARROS	MDB
TÓLIO VARGAS	ARENA
WILSON FORTES	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da Sessão Solene de Instalação da

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Realizada em 31 de Março de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Haroldo Bianchi.

As 15.00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Túlio Vargas, Olavo Ferreira, Jorge Sato, Alencar Furtado, Igo Lossi, Francisco Escorsin, Abraão Miguel, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, David Federmann, Emílio Carrazai, Arnaldo Busato, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni, João Mansur, Leopoldo Jacomel, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olívio Belich, Olivir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Designo uma Comissão, composta pelos srs. deputados: Jorge Sato, Roberto Wypych, Olivir Gabardo e Olívio Belich, para recepcionarem, na entrada de Belém "19 de Dezembro", S. Exa. o sr. Governador do Estado, dr. Paulo Cruz Pimentel.

Suspendo a sessão, por alguns instantes, até a chegada do sr. Governador a este recinto.

(E suspendo a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Declara reaberta a Sessão

Esta Presidência tem a honra de comunicar a composição da Mesa: Sua Excelência o senhor doutor Paulo Cruz Pimentel, governador do Estado;

Sua Excelência o senhor desembargador Aleeste Ribas de Macedo, presidente do Tribunal de Justiça do Estado;

Sua Excelência o senhor General de Divisão José Campos de Aragão, comandante da 5.ª Região Militar e da Divisão de Infantaria;

Sua Excelência o senhor Brigadeiro do Ar Délio Jardim de Mattos, comandante da Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria e Guarda;

Sua Excelência o senhor conselheiro Nacim Bacilla Neto, presidente do Tribunal de Contas;

Sua Excelência o senhor deputado Gabriel Manoel, 1.º Secretário da Assembleia;

Sua Excelência o senhor deputado Haroldo Bianchi, 2.º Secretário da Assembleia.

Neste momento, em que o Poder Legislativo confraterniza com as mais altas autoridades, convivendo com os representantes máximos dos Poderes Executivo e Judiciário, com os altos comandos da Região Militar e Zona Aérea, ao declarar instalados os trabalhos da 4.ª Sessão Legislativa, da 6.ª Legislatura, esta Presidência sente-se também honrada em saudar o 6.º aniversário da Revolução, que hoje transcorre, sob os aplausos gerais do povo brasileiro.

Em seguida, tenho a honra de conceder a palavra ao sr. Governador do Estado, dr. Paulo Cruz Pimentel, para que S. Exa., na forma constitucional, leia a mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicita as providências que julga necessárias.

O SR. GOVERNADOR PAULO PIMENTEL — Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Francisco Escorsin, Excelentíssimo sr. general de Divisão, José Campos de Aragão, digníssimo comandante da 5.ª Região Militar, Excelentíssimo desembargador Aleeste Ribas de Macedo, digníssimo presidente do Poder Judiciário do nosso Estado; Excelentíssimo brigadeiro Délio Jardim de Mattos, comandante da nossa Escola de Oficiais de Aeronáutica; Excelentíssimo conselheiro Nacim Bacilla Neto, presidente do Tribunal de Contas do Estado; Excelentíssimo sr. deputado Gabriel Manoel, 1.º Secretário da Assembleia; Excelentíssimo sr. deputado Haroldo Bianchi, 2.º Secretário da nossa Casa de Leis; srs. Deputados, Senhoras e Senhores.

Recebemos o Estado em janeiro de 1966 numa conjuntura nacional sabidamente desfavorável. O Governo da Revolução, no seu segundo ano, se empenha em conter a espiral inflacionária, quando a expansão da taxa de crescimento econômico se situava abaixo da taxa de crescimento da população brasileira. A contenção dos créditos e dos preços, como forma heróica de deter a inflação, provocava a retração das camadas mais ricas ocasionada pela vedação do poder de compras em razão do congelamento dos salários.

O nível geral dos negócios caiu alguns pontos, até que a nova política econômica e financeira da União pudesse coordenar seus instrumentos de ação para retomada do crescimento, que hoje, felizmente, adquire novo impulso.

No contexto daquela conjuntura penosa, a tradicional estrutura econômica do Paraná se evidenciou em toda a sua fragilidade. A demasiada dependência do setor primário, baseado na cafeicultura, já com visível perda de dinamismo e então em regime de preços caedentes, indicava a necessidade urgente de acelerar o processo de diversificação econômica, inclusive com requisito essencial à industrialização.

Tanto a industrialização, como a diversificação das atividades produtivas, requerem um conjunto de obras prioritárias de infraestrutura básica, especialmente no campo da energia elétrica, dos transportes e das telecomunicações, sem o qual a capacidade empresarial da iniciativa privada esbarra em obstáculos insuperáveis.

Tal infraestrutura era indispensável, outrossim, para a valorização dos próprios produtos agrícolas cujo custo, em regra, ficava onerado pelos fretes elevados, pela perda percentual das safras, em razão da precariedade dos sistemas de transportes, armazenagens e comercialização, e pela ausência de um mínimo razoável de transformação industrial.

Por outro lado, em razão da explosão demográfica e da explosão urbana, deficiências crescentes se constatavam nos setores da educação, da saúde pública e do saneamento.

Sobre esse quadro de insuficiências se concentrou a atenção do atual governo.

Sua primeira providência consistiu na adoção de uma política seletiva de gastos, para comprimir, com rigor, onde fosse possível, as despesas de custeio a fim de liberar recursos para investimentos.

Além disso, era preciso manter inabalável o crédito do Estado, mediante rigoroso cumprimento dos compromissos do Tesouro e partir, de imediato, para a captação de recursos externos, nacionais e internacionais, quer para execução das obras básicas do poder público, quer para possibilitar recursos no setor privado, por financiamentos diretos, na ampliação e criação de indústrias.

O quadro da arrecadação, nos últimos quatro anos acusa uma progressão constante, para o que contribuiu a eficiência da máquina fazendária e certamente nos incentivos proporcionados ao setor privado pela política de desenvolvimento adotado pelo poder público.

Em 1966 a receita totalizou, em números redondos, 272 milhões de cruzeiros novos, subindo, em 1967, para 320 milhões; em 1968 atingiu 492 milhões e, afinal em 1969, 652 milhões ou exatamente NCr\$ 652.087.597,14.

A receita tributária representou, na receita geral, 89,27% sobre a previsão, com uma diferença e menor de 9,33%.

A despesa, pelas principais unidades orçamentárias, foi a seguinte: Transportes, 26,69%; Educação e Cultura, 22,37%; Administração Geral, 16,67%; Segurança Pública, 8,53% e Obras Públicas, 5,18%, totalizando 79,44% das aplicações gerais.

Mesmo considerando os reajustamentos concedidos no funcionalismo, a despesa com pessoal esteve aquém do limite fixado pela Constituição. Sua incidência sobre o total da receita foi de 12,65%.

O Estado participa, pela formação de capital, em empresas de economia mista e sociedades anônimas com vistas à promoção do desenvolvimento econômico. As importâncias já integralizadas nessas empresas somam até 1.999 quase 400 milhões de cruzeiros novos, assim discriminadas:

COPEL	196.067.117,81
BADEF	119.997.300,00
BANESTADO	23.163.582,00
TELEPAR	19.839.572,00
PETROBRAS	9.308.360,00
COHAPAR	7.996.200,00
CAFE	5.236.598,00
B. R. D. E.	6.414.425,95
COPASA	2.050.372,06
CELEPAR	735.099,00
SANEPAR	243.759,00

O significado dessa participação societária se traduz na expansão dos órgãos de administração indireta e no dinamismo operacional com que atuam em setores estrangeiros do desenvolvimento seja promovedora implantação da infra-estrutura básica, seja injetado recursos no setor privado.

O BANESTADO

Um exemplo é a expressão do Banco do Estado do Paraná. Seu capital social teve um crescimento da ordem de 80% em relação à posição em 31 de dezembro de 1968, colocando-o em 4.º na classificação dos Bancos Estaduais. Na rubrica Empréstimos alcançou um índice de crescimento da ordem de 90%.

Com a efetivação do controle acionário da Codepar Crédito diversificou os serviços e conseguiu movimento financeiro mais elevado. Foi instituída a Carteira Rural e, com a criação e funcionamento da Carteira de Câmbio, passou a servir ao comércio com maior intensidade, favorecendo principalmente as empresas importadoras e exportadoras, além de reter em nosso Estado o movimento cambial da praça.

O capital social passou de 6,7 milhões de cruzeiros novos em 1966, para 43,4 milhões; os depósitos subiram de 60,8 milhões, para 300 milhões; as aplicações se elevaram de 40,8 milhões, para 280 milhões e o número de agências, no mesmo período, aumentou de 63 para 134.

Progresso não menos se verificou com a transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento, cujo capital em torno de 120 milhões de cruzeiros novos faz dele o primeiro do país no seu gênero no âmbito regional.

Os resultados da execução do programa governamental nestes quatro anos talvez não possam ainda ser inteiramente avaliadas e entregues no curso do presente exercício, e maioria delas já com data prevista definida.

Para levá-las a termo estaremos à frente do Governo até o último dia de nosso mandato, quebrando num ato essencialmente político e eleitoral como este, a tradição das administrações inclusas, cujos titulares a isso são levados para salvaguarda da sua vocação na vida pública.

E diga-se que não foi por falta de generoso apoio das bases, que dão sustentação ao Governo, que tomamos essa decisão, senão para atender elevados imperativos, inclusive o de entendermos que a sobrevivência dos homens públicos está na obra que realizam, nunca no rodízio interminável em altas funções políticas.

Aguardaremos no posto, trabalhando, nosso sucessor, para a 4.ª lazer entrega da obra realizada que, acreditamos, está respondendo a reclamos notórios do crescimento econômico do Paraná.

ENERGIA ELÉTRICA

No campo da energia elétrica, substanciou-se a necessidade de ampliar a potência instalada, antes reduzida a pequenas hidrelétricas pioneiras, fornecimento à base de motores diesel de alcance local, que já não atendiam as exigências mínimas na demanda, em acelerada expansão.

O Paraná estava praticamente às escuras, o que seria talvez compreensível nas regiões novas, de recente desbravamento, porém injustificável nos centros tradicionais, e começar pela Capital e por sua principal cidade portuária, obrigadas a apelar para usinas de emergência, sob pena de entrar em colapso, como aliás chegou a ocorrer.

O sistema energético não impulsionava o desenvolvimento; entravava-o.

Para que se possa avaliar o esforço realizado no setor, com a execução do II Programa Estadual de Eletrificação, bastaria recordar que, em 1966, a contribuição da COPEL era de 83.500 kW, sendo 33.500 oriundos de geração própria e 50.000 de energia adquirida de outros sistemas. Neste ano de 1970, a contribuição subirá a 467.700 kW, dos quais apenas 50.000 são adquiridos de terceiros. Somada esta potência a de outras concessionárias que operam no Estado, o Paraná aproxima-se de 700.000 kW, isto é, quase duplicando sua disponibilidade energética, cumprindo-se, assim, a meta prevista em nossa plataforma de Governo.

Para resumir, completamos a Usina Mourão I, concluímos, na maior parte, a Usina do Salto Grande do Iguaçu, iniciamos e concluímos a Hidrelétrica "Júlio de Mesquita Filho", na Foz do Chopim e, logo mais, vamos inaugurar a Central Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, com mais de 70% da obra executada neste período. Esta é a mais importante fonte geradora do Estado, destinada a beneficiar dois terços do território paranaense.

Outro aspecto importante do programa está sendo a implantação do Sistema Interligado Estadual para assegurar a gradativa integração do Paraná, para o que, a entrada em funcionamento da Usina "Júlio de Mesquita Filho" representou grande passo, integrando o Sudoeste e grande parte do Oeste.

Igualmente, quando a conexão com outros sistemas elétricos, concluímos a interligação com a SOTELPA, em Santa Catarina, e no ano passado, com o sistema CESP, de São Paulo, mediante a linha Figueira-Xavantim. A COPEL já assinou contrato com a ANDE, para interligação com a Hidrelétrica do Acuray, no Paraguai, de sorte a fechar o círculo sul do país.

Mais de 5.000 quilômetros de linhas de transmissão, além de várias dezenas de novas estações transformadoras foram construídas e estão em funcionamento.

A Capital, principal centro industrial do Estado, tem seu suprimento assegurado de várias fontes, graças ao Anel Elétrico de Curitiba e à Sub-estação de Campo Comprido, modelar no seu gênero.

Em 1966, de um total de 238 municípios, 92 não dispunham de energia elétrica; hoje, num total de 268 falta somente 15 a serem ligados, o que correrá até o final do ano, cumprindo a promessa do candidato de não deixar nenhuma sede municipal sem energia. Dobramos, assim, o número de municípios atendidos.

Já agora, estamos partindo para a eletrificação rural, com a instalação pela COPEL, com a ajuda do INDA, da Cooperativa de Eletrificação de Witmarsum, da Cooperativa de Marechal Cândido Rondon, da Cooperativa de Campo Mourão, da Cooperativa de Arapoti e Maripá em Palotina, a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Coroando todas essas realizações no campo energético deixaremos iniciada em princípio de 1971, as obras da Usina Hidrelétrica do Salto Osório,

a entrar em funcionamento no ano de 1975, com potência em primeira etapa de 540.000 kW e capacidade de 1.000.000 kW.

Um dos motivos de sua realização incidiu é a de poder contar, desde os trabalhos iniciais, com o canteiro de obras junto à Usina "Júlio de Mesquita Filho", que dista 14 Km. daquela futura central geradora.

Deverão ser aplicados na obra 120 milhões de dólares.

TRANSPORTES

No setor de transportes, cerca de 1.300 quilômetros de estradas pavimentadas estão sendo adicionados pelo atual Governo, à rede estadual, o que representa mais que o dobro de tudo que se fez até aqui.

Esta nova rede vitória libertou-se, afinal, da dependência exclusiva do sistema Norte-Sul, que fazia do Paraná uma área reflexa, mera servidão de passagem para a ligação extra-estadual das outras regiões brasileiras, escravizadas à irradiação dos caminhos históricos, que, a beira de "pousos" de tropeiros ou de "arratais" de mineração, fizeram nascer nossas cidades tradicionais.

Hoje, o nosso sistema rodoviário se dirige basicamente no sentido de interligar regiões interiores dos três planaltos, carreado a riqueza para o mercado nacional e para os portos marítimos do Estado.

Todas as regiões paranaenses estão recebendo os benefícios de estradas a altura do seu desenvolvimento, a começar pelo litoral. No primeiro ano de Governo concluímos a estrada das praias, ampliamos o serviço de "ferry-boat" melhorando o acesso a Guaratuba no litoral sul e, agora, estamos possibilitando a primeira ligação terrestre com Guaraquecetuba, no litoral norte, convertendo em realidade um sonho, quase centenário.

Completamos a ligação asfáltica com São Mateus do Sul, onde a Petrobrás está concluindo a Usina Piloto para exploração industrial do Xisto, com vistas à produção de petróleo e subprodutos, que darão origem à nossa indústria petroquímica. Ligamos, por asfalto, Maringá a Paranavaí e a Campo Mourão, multiplicando o fluxo do tráfego de duas regiões pujantes aos sistemas norte e centro-sul, através da Rodovia Jandaia do Sul-Ouriinhos, ao mercado nacional, e da Rodovia do Café aos nossos terminais marítimos.

Foram concluídos e entregues os trechos São Luis do Purumã-Melmeira, a ser completado com a ligação Itaipu-Relógio, encurtando a Rodovia Transversal Pan-Americana entre Paranaguá e Assunção, no Paraguai, bem como o de Rolândia-Porto Capivara, como alternativa para o escoamento da produção do setentrional ao centro e norte do País.

Próximamente serão entregues os trechos Pato Branco-Três Pinheiros, ligando o Sudoeste à BR-277; Ponta Grossa-Itararé, opção no crescente congestionamento da BR-116; Maringá-Umuarama e Jacarezinho-Ibiti-Ventania, que deverá prosseguir até Alto do Amparo, na Rodovia do Café, trazendo por esse meio o Norte-Pioneiro para sua definitiva integração ao centro-sul do Estado; Telmaco Borba-Enbaub, igualmente na Rodovia do Café, e a chamada estrada do cimento, entre Curitiba e Rio Branco do Sul. São cerca de 600 quilômetros, a se somarem a 645 já entregues, sem contar acessos a várias cidades e restauração da pavimentação, estimada em 200 quilômetros.

Em obras de arte especiais (pontes, viadutos, etc.) a extensão concluída ate 1.969 ascendeu a 5.520 metros com revestimento primário foram atendidos 526 quilômetros de estradas e com melhoramentos, 3.219.

Os investimentos realizados no setor rodoviário de 1.966 a 1.969 somaram 368,7 milhões de cruzeiros novos.

Pela primeira vez na história do Paraná o Estado controla a sua ferrovia de interligação e, o que é mais importante, espera concluí-la até o final do atual Governo, com a responsabilidade de 70% da obra, iniciada, como se sabe, há cerca de vinte anos e várias vezes interrompida.

Durante o período empreendido entre janeiro de 1.961 e janeiro de 1.969, as obras estiveram praticamente paralisadas. Na Frente Sul, entre Ponta Grossa e Ipiranga (83 km.) processaram-se alguns trabalhos de complementação de meio lastro; Na Frente Sul, entre Apucarana e Marilândia do Sul (34 km.) o tráfego foi explorado precariamente pela R.V.P.S.C., mas os trabalhos não prosseguiram.

Mediante operação de financiamento externo, com o aval do Banco do Brasil e o apoio do Ministério dos Transportes, as obras foram retomadas em janeiro de 1.969. No final do ano, em serviços preliminares de desmatamento, destocamento e limpeza haviam sido movimentados cerca de 3 milhões de metros cúbicos; a terraplenagem ascendeu a cinco milhões e meio de metros cúbicos; o túnel n. 2 concluído e dois outros estão em adiantada fase de execução; a via permanente avançou vários quilômetros nas duas frentes e foram adquiridos materiais para mais 60 quilômetros.

Desde o início do atual governo, foram aplicados na obra 40,4 milhões de cruzeiros novos, dos quais só em 1.969 o montante aplicado subiu a 37,9 milhões, o que dá ideia da magnitude dos serviços em execução, no ano que passou.

TELECOMUNICAÇÕES

Elevado ao nível de prioridade absoluta, o setor de telecomunicações registra realizações cuja importância o Paraná bem pode avaliar.

A Rede de Emergência teve início em 1.967 e nesse mesmo ano a TELEPAR interligava dezenas de cidades de região Oeste e Sudoeste, a partir da nova linha Guarapuava-Laranjeiras do Sul e tronco Guarapuava-Foz do Iguaçu. Em meados de 1.969, exatamente 51 cidades daquelas duas regiões, antes inteiramente isoladas, ganharam telecomunicações de eficiência técnica razoável, através dos equipamentos UHF e VHF, de 24 canais de capacidade.

Além das cidades ligadas por sistema telefônico interurbano, foram instalados serviços urbanos em 14 sedes municipais e ampliados os serviços de oito cidades.

No momento, estão entrando em funcionamento as novas 20 mil linhas telefônicas no sistema urbano de Curitiba, interligadas à Central Interurbana da TELEPAR e à Estação de Trânsito da EMBRATEL possibilitando comunicações em discagem direta a distância no tráfego intermunicipal e interestadual.

Está em fase de conclusão a Rota Norte da Rede de Microondas, ligando Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Maringá.

Na Rede de Emergência estão previstos para este ano os seguintes enlaces: Mirassela-Londrina, Londrina-Porecatu, Cascavel-Marechal Rondon, Laranjeiras do Sul-Pitanga, Maringá-Campo Mourão, Iporá-Umuarama, Cruzeiro do Oeste-Clanorte, Guarapuava-Entre Rios, Guaíra-Iporá e Maringá-Colorado.

Até aqui os investimentos, no setor de Telecomunicações, andam ao redor de 56,4 milhões de cruzeiros novos, nos quais se inclui o edifício sede da TELEPAR, obra iniciada e concluída no atual Governo, que se insere na paisagem arquitetônica de Curitiba como símbolo de nossa integração da era das avançadas conquistas da eletrônica.

SANEAMENTO

No campo do saneamento básico, 35 novas cidades foram até aqui beneficiadas com sistemas de abastecimento de água. Mais 19 projetos estão sendo executados e 22 em fase de elaboração, elevando para 76 o número de municípios a serem servidos.

No ano passado, o Governo do Estado, através da Sanepar firmou convênio com o BNH no valor de 80 milhões de cruzeiros novos, destinados a oferecer, por meio de modernos sistemas de abastecimento, água potável a 70% da população urbana do Estado.

A mais importante realização em 1.969 foi a conclusão da Estação de Tratamento de Água do Rio Iguçu, inaugurada em março com a presença do saudoso presidente Costa e Silva.

Essa obra assegura um fornecimento de 230.000 metros cúbicos por dia, representando um investimento de 6,5 milhões de cruzeiros novos. A ampliação da rede de água na Capital neste Governo, está representada por 185 quilômetros e a de esgotos sanitários por 59 quilômetros. Neste ano será possível estender a rede a todos os bairros da Capital, graças ao substancial reforço proporcionado pela Estação de Tratamento do Rio Iguçu e novas adutoras.

Ascendem já a 17 as cidades cujos serviços estão a cargo das respectivas prefeituras. Os municípios, que ainda não operam seus sistemas, são incentivados a constituírem sociedades de economia mista ou autárquicas municipais para exploração desse tipo de melhoramento, de caráter nitidamente municipal, sendo-lhes assegurada a assistência administrativa, técnica e financeira da Sanepar.

x x x

Os dados rapidamente indicados revelam os esforços que estão sendo realizados para a implantação da infra-estrutura econômica, na qual os investimentos são maciços, a execução relativamente demorada e os resultados quase sempre de longo prazo.

O mesmo igualmente se pode dizer do programa em execução para o fomento à agropecuária e à industrialização, a fim de que o setor privado da economia encontre novos campos de atividades, capazes, de ampliar o mercado de trabalho, criando maiores oportunidades de emprego à crescente população jovem deste Estado.

A expansão da agropecuária se deve, basicamente, ao esforço da iniciativa privada, que vem correspondendo, com sua compreensão e apoio, as campanhas, lançadas pelo poder público.

O mais recente exemplo, no ano que passou, foi a campanha "Por um Paraná mais Verde". Lançada em agosto de 1.969, com o objetivo de realizar um reflorestamento de 200 milhões de pés em quatro anos, já resultou no plantio de 100 milhões de árvores, o que equivale ao dobro da meta prevista. Em 1.965 a produção de mudas nos parques florestais do Estado foi de 850 mil unidades; em 1.969 essa produção subiu a oito milhões de unidades.

Especial destaque no ano que passou se deu à elaboração de um plano de incentivo à cafeicultura para ser iniciado neste exercício, visando o replantio de 120 milhões de pés de café em três anos. Seu objetivo é suprir o "déficit" decorrente da erradicação indiscriminada de cafeeiros e, conseqüentemente, da queda da produção, buscando assim, garantir ao Paraná a hegemonia no setor, já ameaçada se medidas acauteladoras não forem imediatamente postas em prática.

A produção de sementes básicas nas estações experimentais do Estado, para cultura do algodão, do trigo, do milho híbrido, da soja, do amendoim e do arroz, subiu em 1.969 a um milhão de quilos, proporcionando uma produção global superior a um milhão de toneladas.

Graças à esses incentivos, o Paraná é hoje o terceiro do País no valor de sua produção agrícola, somente ultrapassado por São Paulo e Minas Gerais. Outrossim, a alta qualidade de seu rebanho bovino é atestada por quantos têm tido oportunidade de apreciar as exposições anualmente realizadas em Curitiba e em várias cidades do Interior, como Loanda, Clevelândia, Londrina, Guarapuava e Ponta Grossa.

INDUSTRIALIZAÇÃO

No setor da industrialização, a política do Governo procura ajustar-se à nova realidade do quadro nacional. A antiga Codepar, transformada em Banco de Desenvolvimento, adotou até 1.965 o critério de implantar um parque industrial voltado para o aproveitamento de matérias-primas de origem agropecuária, com preferência pela pequena e média empresa.

Essa tônica teve que encerrar seu ciclo, uma vez preenchidos os vazios existentes e no momento em que a indústria paranaense sentia os reflexos da competição do apoio dinâmico do País.

Os preços desestimulantes ao café representaram rude golpe na geração da renda interna. Passada a fase inicial, o Paraná foi se ajustando às subsequentes modificações da política federal. No campo industrial, dirigiu os esforços para dotar o setor secundário de empresas de maior porte. Essas mudanças de comportamento culminaram na transformação da Codepar em Banco de Desenvolvimento e na adoção de nova política de incentivos.

Uma das preocupações se concentrou no sentido da obtenção de recursos externos, para complementar os estaduais. Com isso, além dos recursos do IBC/GERCA e FINAME, com os quais já vinha operando o BADEP passou a agenciar o FIPAME, FUNDECE, FUNDEPRO, GECRI, REINVEST e FISANE, alguns já em fase final de entendimentos. Isto representa massa maior de recursos para os setores industrial, agropecuário e de infra-estrutura.

No quadriênio, em créditos para indústria, as aplicações somaram 133,1 milhões de cruzeiros novos a preços de 1.969, só no exercício em que os financiamentos subiram a 44,9 milhões de cruzeiros novos.

Para o corrente exercício as aplicações programadas estão previstas em 150 milhões de cruzeiros novos, dos quais 88 milhões se destinam a incentivos diretos à indústria.

x x x

A CREDIMPAR e a COHAPAR, cada uma atuando em faixa própria, entregaram, nos últimos quatro anos, 5.239 unidades residenciais, estando em andamento para próxima entrega cerca de 3.700 novas unidades, num total que poderá atingir 9.000 no quinquênio.

Não é muito se considerarmos o déficit crescente de habitações em decorrência de um fenômeno de "explosão urbana", que corre paralelo à "explosão demográfica". Mas é bastante onde nada se tinha feito para minorar um problema que no Paraná tende a se agravar se não for continuado com vigor e realismo.

EDUCAÇÃO

A educação é uma de nossas metas básicas dentro da política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento.

O aperfeiçoamento da rede de ensino primário se traduziu por uma série de medidas de caráter administrativo e pedagógico do maior alcance.

A introdução do calendário agrícola adaptado ao sistema estadual de ensino representou inovação revolucionária num Estado como o nosso, predominantemente agrícola, fazendo do Paraná vanguardeiro no setor, com vistas a reduzir o elevado índice de evasão escolar.

O Estatuto do Magistério entrou em vigor com a lei que instituiu o Quadro Próprio do Magistério. Em conseqüência dessa exigência legal, foi estabelecida nova lei de classificação de cargos, inclusive fixando as diversas carreiras de pessoal técnico e docente. Seguiram-se os atos que estabeleceram novo regime de concessão de licença especial e o que regulamentou o sistema de designação de Diretores dos estabelecimentos de ensino primário e médio. Em outro decreto ficou disciplinado o processo de remoção do pessoal do magistério, através de sistema de concurso.

Além da construção de novas salas de aula e da criação de novos Grupos Escolares, o Estado, através da Secretaria de Educação, firmou convênios com 212 municípios para pagamento de professores da rede municipal e estadual do ensino primário, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação.

Mérida que reputamos de grande significação foi a criação, o ano passado, das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, da Federação das Escolas Superiores Estaduais, em Curitiba, bem como a transformação da Superintendência do Ensino Superior em autarquia e a situação do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa.

Foi instituída a Fundação Faculdade de Agronomia, em Apucarana, primeira escola a se enquadrar nas normas dos Conselhos Federal e Estadual de Educação e igualmente a primeira do Interior para a formação de Agrônomos.

Com o mesmo sentido de interiorização do ensino superior, foi criado o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá, também a primeira escola de engenharia operacional a funcionar fora da Capital.

x x x

Quanto à saúde pública bastará dizer que até 1.965 existiam 120 unidades sanitárias no Interior num total de 288 municípios, na maioria, portanto, não havia qualquer tipo de assistência oficial, sendo de notar que num quarto deles sequer havia um único médico, mesmo em caráter particular. Nestes quatro anos foram implantados nada menos de 122 Unidades Sanitárias. Em 1.966 existiam nas Unidades Sanitárias apenas 13 Laboratórios de Análises Clínicas com a finalidade de possibilitar melhores diagnósticos e naturalmente um atendimento clínico mais eficiente. Até 1.969 o número desses Laboratórios subiu para 75. Até 1965 os consultórios odontológicos mantidos pelo Estado somavam 32. Foram instalados mais 146, elevando para 178 o número dos atualmente existentes.

OBRAS PÚBLICAS

Se considerarmos e média de 300 dias úteis para cada ano, o atual Governo está construindo, somente no setor de edificações, a cargo do D.O.O.E., a média de uma obra em cada 36 horas.

Nos quatro anos foram concluídas 955 obras, que representam uma área de 329.987 metros quadrados; estão em andamento para conclusão no corrente ano 51 obras, que elevarão a área edificada em 495.354 metros quadrados, totalizando 1.048 edificações.

Desse total, 687 foram destinadas ao setor da Educação, muitas delas de grande porte, como é o caso do novo Instituto de Educação de Curitiba, com área prevista de aproximadamente 24.600 m². Pela ordem de importância, o segundo setor em área edificada é o da Saúde Pública.

Algumas obras, paralisadas há mais de dez anos, foram concluídas ou estão em fase final de construção, de que é exemplo o notável Sanatório de Londrina, já em funcionamento, e o Grande Auditório do Teatro Guaíra, a ser inaugurado no segundo semestre do corrente ano.

x x x

Não pretendo, nem o tempo a isso me permitirá, passar em revista todos os setores nos quais o Governo procurou marcar a sua presença com zelo e eficiência. Do que até aqui se fez é testemunha a Assembleia Legislativa, a qual muito devemos pelo que foi possível realizar.

Seria injusto não mencionar o papel da União Federal, pelas relações de cooperação com os três Governos da Revolução, que procuraram definir e equacionar conosco obras e medidas do mais alto alcance para o Estado.

A instalação do Governo Federal em Curitiba, à época do presidente Costa e Silva, não foi apenas um gesto protocolar de cordialidade e prestígio, ocasião em que o Presidente da República sentiu a sincera afeição e o reconhecimento do povo pela obra da Revolução. Foi também, e principalmente, uma visita de trabalho, consubstanciada numa programação prioritária aprovada e inserida no documento de "Ação Coordenada do Governo Federal no Paraná" que abrangem os setores de energia elétrica, industrialização do xisto, transporte ferroviário, rodoviário e portos, comunicações, agricultura, mineração, educação, saneamento, habitação, desenvolvimento regional e outros.

No campo político os Governos da Revolução e em especial hoje, o do ilustre presidente Emílio Garrastazu Médici, possibilitaram a organização definitiva dos partidos políticos, desde suas bases, nos Municípios, como requisito indispensável, até mesmo inédito, para estruturação de um gradual e autêntico regime representativo das correntes de opinião e das legítimas aspirações populares.

As recentes eleições municipais, a reabertura do Congresso no ano que passou, e agora, as demarques para encaminhar o problema sucessório nos Estados e para as novas eleições legislativas, são indicadores significativos de distensão, de normalização institucional e de estabilidade interna, com vistas à recomposição da vida nacional em níveis mais altos.

Senhores Deputados:

No seu gênero, esta é a nossa última Mensagem, apresentada de viva voz aos ilustres integrantes do Poder Legislativo, que neste ano, por sinal, terminam os seus mandatos, embora nossas relações, independentes e harmônicas, ainda se prolonguem por algum tempo.

Temos pela frente um ano inteiro de intenso trabalho. Nenhuma obra nova foi autorizada, mas há diversas delas a concluir para cumprimento do programa que nos impusemos.

Estado sem fronteiras, aqui, se constrói uma sociedade aberta e fraterna cooperação desta Casa, cuja nobre conduta tanto engrandece seus pares e o Paraná aos olhos da Nação, numa fase de graves responsabilidades vividas pelo Brasil.

Nosso Estado pode se orgulhar de sua gente de seus homens públicos, que têm sabido se colocar a altura do papel a que lhe cabe cumprir, em clima de união, de compreensão, de tranquilidade e de concordância.

Estado sem fronteiras, aqui se constrói uma sociedade aberta e fraterna que é o nosso segredo, sem dúvida, do seu progresso, rico de afirmações humanas e de promessas potenciais na exuberante hora paranaense, carregada de futuro.

Curitiba, 31 de março de 1970

O SR. PRESIDENTE — Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro.

(É executado o Hino Nacional).

Antes do encerramento da Sessão, a Presidência deseja agradecer a honrosa presença das ilustres autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem

como das demais pessoas que aqui compareceram, solicitando à mesma comissão, anteriormente designada, que acompanhe o sr. Governador do Estado e demais autoridades, quando Ss. Exas. se ausentarem desta Casa.

Declaro encerrada a presente Sessão Solene, convocando outra Ordinária para amanhã, dia 13 de abril à hora regimental.

(Levanta-se a Sessão).